

DEPARTAMENTO DE GESTÃO E HOSPITALIDADE
CURSO DE BACHARELADO EM TURISMO

ANA LUIZA QUINTINO GUSMÃO

ACESSIBILIDADE PARA DEFICIENTES VISUAIS NO PARQUE NACIONAL DA
CHAPADA DOS GUIMARÃES-MT

CUIABÁ-MT
2022

FOLHA DE APROVAÇÃO

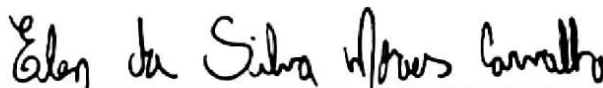
ACESSIBILIDADE PARA DEFICIENTES VISUAIS NO PARQUE NACIONAL D. CHAPADA DOS GUIMARÃES/MT

Artigo apresentado ao Curso de Bacharelado em Turismo do Instituto Federal de Mato Gr
Campus Cuiabá - como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Turismo.


BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Alini Nunes de Oliveira
(Orientadora – IFMT)



Profa. Ma. Elen da Silva Moraes Carvalho
(Examinadora Interna)



Profa. Dra. Ana Paula Bistaffa de Monlevade
(Examinadora Interna)

Data: 07/12/2022

Resultado: APROVADO

ACESSIBILIDADE PARA DEFICIENTES VISUAIS NO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DOS GUIMARÃES-MT

Ana Luiza Quintino Gusmão¹
Orientadora: Prof^a. Dra. Alini Nunes de Oliveira²

RESUMO

O Parque Nacional da Chapada dos Guimarães é uma unidade de conservação conhecida nacionalmente devido a seus inúmeros atrativos naturais, além de estar entre os favoritos dos viajantes em Mato Grosso segundo o TripAdvisor. Por esta pesquisadora ser filha de um deficiente visual, surgiu a seguinte questão-problema: como se encontra a estrutura de acessibilidade para deficientes visuais em atrativos naturais do parque? Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a acessibilidade para deficientes visuais do Mirante Veu de Noiva e Circuito das Cachoeiras e, como objetivos específicos, compreender as necessidades de pessoas com deficiência visual em um roteiro com atrativos naturais no referido parque; descrever a situação dos atrativos analisados quanto à condição de acessibilidade para pessoas com deficiência visual e sugerir melhorias específicas nos atrativos selecionados de forma a atender as especificidades deste público. A metodologia foi composta por pesquisa bibliográfica e documental, além de entrevista com o gestor de visitantes do parque. Além disso, para análise da acessibilidade, foram realizadas duas visitas à campo onde se utilizou como instrumento a norma ABNT NBR9050 e o Roteiro de Inspeção e Mapeamento de acessibilidade do Ministério do Turismo, levando em conta apenas os parâmetros para pessoas com deficiência visual. A fim de deixar a pesquisa mais completa um deficiente visual participou da pesquisa de campo e sua experiência e opinião também foram levadas em conta. Como resultado, observou-se que, apesar do parque atender apenas o mínimo de acessibilidade na área construída e não haver nenhuma acessibilidade nas trilhas dos atrativos, ainda é possível uma pessoa com deficiência visual ter uma experiência agradável no local, desde que algumas adequações sejam feitas.

Palavras-chave: Ecoturismo. Unidade de Conservação. Acessibilidade. Deficiência Visual. Parque Nacional da Chapada dos Guimarães-MT.

ABSTRACT

The Chapada dos Guimarães National Park is a nationally known conservation unit due to its numerous natural attractions, in addition to being among the favorites of travelers in Mato Grosso according to TripAdvisor. Because this researcher is the daughter of a visually impaired person, the following problem question arose: how is the accessibility structure for the visually impaired in the park's natural attractions? This research has as its general objective to analyze the accessibility for the visually impaired of the Mirante Veu de Noiva and Circuito das

¹ Graduanda do Curso de Bacharelado em Turismo do Instituto Federal de Mato Grosso – Campus Cuiabá. gana8052@gmail.com

² Professora Orientadora. Doutora em Geografia e Docente do Instituto Federal de Mato Grosso – Campus Cuiabá do Curso de Bacharelado em Turismo e Eventos Integrado. alini.oliveira@ifmt.edu.br

³ TripAdvisor é um site relacionado a viagens onde é possível visualizar ou deixar opiniões sobre determinado atrativo turístico, meio de hospedagem e restaurante.

Cachoeiras and, as specific objectives, to understand the needs of people with visual impairments in a route with natural attractions in that park; describe the situation of the analyzed attractions in terms of accessibility for people with visual impairments and suggest specific improvements in the selected attractions in order to meet the specificities of this public. The methodology consisted of bibliographical and documentary research, as well as an interview with the park's visitor manager. In addition, for accessibility analysis, two visits to the field were carried out where the ABNT NBR9050 standard and the Accessibility Inspection and Mapping Guide of the Ministry of Tourism were used, taking into account only the parameters for people with visual impairments. In order to make the research more complete, a visually impaired person participated in the field research and his experience and opinion were taken into account. As a result, it was observed that, although the park meets only the minimum accessibility in the built area and there is no accessibility on the trails of the attractions, it is still possible for a visually impaired person to have a pleasant experience in the place, provided that some adjustments are made.

Key words: Ecotourism. Conservation Unit. Accessibility. Visually impaired. Chapada dos Guimarães National Park-MT.

INTRODUÇÃO

Chapada dos Guimarães é um município situado no interior de Mato Grosso, a cerca de 70 km da capital do estado - Cuiabá - e é conhecida por suas riquezas naturais, o que inclui rios, corredeiras, cachoeiras e cânions, além de inúmeras espécies da fauna e flora do bioma Cerrado (MATO GROSSO, 2017). Devido à grande geodiversidade e biodiversidade, arqueologia, história e a cultura de Chapada dos Guimarães em 2011 surgiu a proposta do Geoparque Chapada dos Guimarães através do Serviço Geológico do Brasil (CPRM), posteriormente a ideia foi debatida ganhando conhecimento e envolvimento da sociedade e, através da Fundação Uniselva, Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso (SEMA) e pesquisadores de várias instituições de ensino o projeto de pesquisa que busca o título de Geoparque Mundial da UNESCO foi realizado (KHUN; SANTOS, 2021, p. 23).

Dessa forma, o município é indicado para quem deseja descansar e entrar em contato com a natureza ou até mesmo se aventurar em passeios radicais. Assim, Chapada dos Guimarães atrai diferentes tipos de turistas que buscam experiências em meio à natureza, inclusive turistas com algum tipo de deficiência.

De acordo com o artigo 2º da lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, a pessoa com deficiência é considerada quando possui “impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2015, s/p). Segundo o Censo 2010 (IBGE, 2021), aproximadamente um quarto da população brasileira, ou seja, 45 milhões de pessoas (o que equivale a 24% da

população à época do levantamento), tem pelo menos um tipo de deficiência, seja motora, visual, auditiva ou intelectual. Deste percentual apontado pelo censo, a deficiência visual foi a mais citada pelos respondentes, sendo 18,8% dos brasileiros com dificuldade para enxergar ou cegos em absoluto.

A lei citada anteriormente prevê no artigo 4º que "Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades como as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação". E complementa no artigo 8º que "é dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida" (BRASIL, 2015, s/p), incluindo saúde, educação, acessibilidade, cultura, turismo e lazer. Portanto, as pessoas com deficiência (PCD) tem seu direito ao Turismo garantido por lei, assim como as demais pessoas, mas ainda há carência de profissionais especializados em atender esse público e que compreendam suas particularidades, assim como há carência de atrativos com acessibilidade adequada.

Como filha de um deficiente visual, a discente responsável por esta pesquisa tem contato com as dificuldades do dia a dia, por exemplo, em relação a infraestrutura do espaço público que ainda precisa ser melhorada, visto que o piso tátil só está disponível em alguns pontos mais movimentados da cidade, enquanto não é muito difícil encontrar uma via com buracos, calçadas estreitas ou com carros estacionados em local impróprio, dificultando o tráfego e comprometendo a segurança dos pedestres em geral e, sobretudo, dos deficientes visuais. Além disso, percebe-se que o atendimento a esse público em grande parte dos estabelecimentos comerciais não é adequado, pois há pessoas que não conseguem identificar um deficiente visual mesmo ele estando com uma bengala. O tato se faz muito importante para essas pessoas, então no meio comercial recomenda-se que o deficiente possa sentir o produto que procura e no caso de um atrativo turístico recomenda-se que a pessoa possa sentir o local onde está.

Dentre os motivos que levaram o Parque Nacional da Chapada dos Guimarães a ser escolhido como objeto de estudo está o fato de ter sido apontado pelo TripAdvisor como um dos atrativos favoritos pelos viajantes, além disso, o Parque Nacional da Chapada dos Guimarães é uma unidade de conservação criada em 12 de abril de 1989 que se situa nos municípios de Cuiabá e Chapada dos Guimarães no estado de Mato Grosso, possui 32.630 mil hectares que oferece distintas belezas e grande variedade de fauna e flora, além de possuir grande parte das nascentes dos grandes rios brasileiros (Paraguai, Araguaia, Tocantins, Juruena-Tapajós e São Francisco) (ICMBIO, 2021).

Assim, a questão-problema da presente pesquisa é: como se encontra a estrutura de acessibilidade para deficientes visuais em atrativos naturais do Parque Nacional da Chapada

dos Guimarães? A partir disso, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar a acessibilidade para deficientes visuais do Mirante Veu de Noiva e Circuito das Cachoeiras no Parque Nacional da Chapada dos Guimarães e como objetivos específicos: compreender as necessidades de pessoas com deficiência visual em um roteiro com atrativos naturais no referido parque; descrever a situação dos atrativos analisados quanto à condição de acessibilidade para pessoas com deficiência visual e sugerir melhorias específicas nos atrativos selecionados de forma a atender as especificidades deste público.

Esta pesquisa é de caráter descritivo e abordagem qualitativa, definida por Marconi e Lakatos (1996) como uma pesquisa que tem como objetivo analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano e ainda fornecendo análises mais detalhadas sobre as investigações, atitudes e tendências de comportamento. Creswell (2010, p. 43) contribui com essa perspectiva explicando que a pesquisa qualitativa é “um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano”. Segundo Kripka, Scheller e Bonotto (2015, p. 57) a pesquisa qualitativa faz com que o pesquisador descubra novas formas de investigar e analisar os dados coletados.

A pesquisa bibliográfica compõe os procedimentos metodológicos. Segundo Marconi e Lakatos (1996) tem o intuito de colocar o cientista em contato com o que foi produzido sobre determinado assunto. Sua principal vantagem, para Gil (1994, p. 71), é que é possível dar uma maior cobertura sobre determinado fenômeno do que pesquisando diretamente, pois o investigador entrará em contato com mais informações sobre o assunto. A pesquisa documental também foi um procedimento adotado. Esta é compreendida como um tipo de pesquisa que utiliza fontes primárias, que são dados e informações que ainda não foram tratados cientificamente. Fonseca (2002, p. 32) explica que a pesquisa documental “[...] recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, [...] etc”.

Por fim, mas não menos importante, foi realizada uma pesquisa in loco, ou seja, um estudo de campo no Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, de forma a averiguar as condições da estrutura de acessibilidade para deficientes visuais nos atrativos naturais selecionados: Mirante Veu de Noiva e Circuito das Cachoeiras. Utilizou-se como roteiro de observação em campo a aplicação dos formulários que constituem o ‘Roteiro de Inspeção – Mapeamento da Acessibilidade’ do Ministério do Turismo.

1 ECOTURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Segundo as Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, o Ecoturismo pode ser entendido como "o segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações" (BRASIL, 1994, p. 19). Esse segmento viabiliza a realização de atividades em espaços naturais, como por exemplo, trilhas interpretativas, observação de fauna, flora e formações geológicas, além de atividades de aventura, como espeleoturismo, trekking, rapel, mergulho etc., que se implantadas com planejamento podem promover o turismo de forma sustentável.

Apesar de estarem interligados, Ecoturismo e turismo sustentável não são a mesma coisa. O Ecoturismo é um segmento do turismo, enquanto o turismo sustentável é uma prática que pode ser exercida em qualquer nicho do turismo, prática essa que consiste em "contemplar a gestão dos recursos econômicos, sociais e necessidades estéticas, mantendo a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas de suporte à vida" (BRASIL, 1994, p. 19).

Uma característica muito importante para o Ecoturismo é o planejamento, principalmente o planejamento de estratégias que minimizem os possíveis impactos negativos de uma visitação turística. Esse planejamento deve envolver desde a arquitetura que deve respeitar os limites do local, até uma gestão que seja capaz de gerenciar um atrativo, escolher os equipamentos adequados, garantir que a quantidade de visitação não prejudique os componentes bióticos e abióticos e garantir que os visitantes tenham conhecimento das características e particularidades do local visitado (BRASIL, 1994).

O termo Ecoturismo surgiu por volta de 1970, época de grande preocupação com o meio ambiente devido ao aquecimento global e o desmatamento. Assim, em 1972, houve a Conferência de Estocolmo que deu o pontapé inicial para discussões sobre problemas ambientais e, ao longo dos anos, essas discussões foram se intensificando e cada vez mais frequentes, principalmente na década de 1990, onde também começou a se incentivar a visitação de locais naturais como florestas, zonas rurais e costeiras (DUTRA, 2014).

Segundo informações da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SIMA, 2021), o Ecoturismo cresce cerca de 20% por ano, sendo capaz de faturar US\$ 260 bilhões em nível mundial, onde US\$ 70 milhões são gerados no Brasil. Além disso, 10% dos turistas no mundo buscam pelo Ecoturismo. Mesmo com o desmatamento crescente no país, o Ecoturismo foi a aposta do Brasil para promoção na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP26), que ocorreu em 3 de novembro 2021 em Glasgow, na Escócia (BRASIL, 2021). Segundo Fearnside (2019, s/p), "o desmatamento na Amazônia

brasileira em junho de 2019 foi 88% maior do que no mesmo mês de 2018, e o desmatamento na primeira quinzena de julho foi 68% superior ao de todo o mês de julho de 2018". Embora o Governo Federal não tenha uma estratégia que combata efetivamente essa prática do desmatamento, sua estratégia atual de promoção do Ecoturismo é conceder parques nacionais à iniciativa privada, que ficará responsável pela operação do parque, revitalização e serviços como segurança, estacionamento e alimentação.

Conforme consta no artigo 11 da lei n. 9.985 de julho 2000, parques nacionais são unidades de conservação, que tem como finalidade a proteção de:

Ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico" (BRASIL, 2000, s/p).

O artigo 1º desta lei ainda complementa que os parques nacionais são de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas. No artigo 4º, ainda ressalta que essas áreas podem ser criadas tanto pelo Estado ou Município, assim sendo denominadas como Parque Estadual ou Parque Natural Municipal.

As unidades de conservação integrantes do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação) dividem-se em dois grupos: Unidades de Proteção Integral, cujo objetivo é a preservação da natureza sendo possível utilizar de seus recursos somente de forma indireta, as unidades de conservação integral ainda podem haver algumas ramificações que são: Estação Ecológica, Monumento Natural, Reserva Biológica, Refúgio de Vida Silvestre e o Parque Nacional, esta última classificação utilizada para o objeto de estudo da presente pesquisa.

Já as Unidades de Uso Sustentável são as unidades de conservação que conciliam a conservação da natureza com a exploração de parte de seu recurso de forma sustentável. Este tipo de unidade de conservação também é dividido em ramificações como: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural (BRASIL, 2000).

Segundo o Painel Dinâmico de Informação do ICMBIO, no Brasil há 334 unidades de conservação, sendo que, no ano de 2020 foram realizadas um total de 4.339.967 de visitas em parques no Brasil. Vale ressaltar que em 2020 houve a pandemia de COVID-19, onde foi necessário o quarentena para evitar a disseminação do vírus, o que afetou a visitação em parques e a prática do turismo de modo geral. Para se ter uma ideia, em 2019 os parques receberam 15.335.273 visitantes, quase quatro vezes a mais do que comparado ao ano de 2020. Os parques

com maior número de visitação são: Parque Nacional da Tijuca (Rio de Janeiro) e Parque Nacional do Iguaçu (Paraná), que desde 2007 correspondem ao 1º e 2º lugar de visitação no Brasil. Já o Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, que é o objeto de estudo dessa pesquisa, em 2020 obteve 58.245 visitas, ocupando a 12ª colocação dos parques mais visitados no ano (ICMBIO, 2022).

2 TURISMO E ACESSIBILIDADE

Por ser uma atividade econômica e social, o Turismo deve ser acessível, inclusivo e universal, acolhendo igualmente pessoas com e sem deficiência, por isso existe o turismo acessível (TA), que Carvalho (2015, p. 82) define como:

O Turismo Acessível é uma forma de turismo que, através de processos de colaboração entre as diversas partes envolvidas, apresenta uma oferta de produtos, serviços e ambientes baseados no conceito do Design Universal – de forma a eliminar ou mitigar todos os tipos de barreiras físicas, humanas ou de informação –, permitindo às pessoas que apresentem quaisquer espécies de necessidades especiais, assim como aos seus acompanhantes, a prática da atividade turística de uma forma equitativa, digna e segura, sempre orientada para a máxima independência.

O turista com alguma deficiência anseia inclusão, também em sua viagem, para isso são necessários equipamentos e serviços de qualidade que possibilite isso (SMITH; AMORIM; SOARES, 2013). O termo Turismo Acessível surgiu em 1980 na Conferência de Manila, mas hoje em dia esse termo já é reconhecido mundialmente, inclusive como método de competitividade comercial. Os turistas que são público-alvo deste segmento costumam viajar acompanhados, o que significa que “[...] um mercado com uma média de 70 milhões de turistas pode, portanto, facilmente alcançar os 120 milhões de turistas” (SMITH; AMORIM; SOARES, 2013, p. 99), o que aumenta os gastos em 25%. No entanto, é importante ressaltar que o turismo acessível vai além de uma estratégia mercadológica, ou seja, “[...] é uma questão de justiça e igualdade, uma questão de inclusão daqueles que, muitas vezes, são marginalizados na nossa sociedade” (SMITH; AMORIM; SOARES, 2013, p. 98). Inclusão essa que para Sassaki (2009, p. 1) não atende apenas pessoas com deficiência; para este autor inclusão é:

Como um paradigma de sociedade, é o processo pelo qual os sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda a diversidade humana - composta por etnia, raça, língua, nacionalidade, gênero, orientação sexual, deficiência e outros atributos - com a participação das próprias pessoas na formulação e execução dessas adequações.

Para isso, é necessário ter conhecimento sobre as possíveis necessidades especiais que podem ser demandadas pela população, como as pessoas com deficiência física, visual, auditiva, intelectual e mental, ou até mesmo pessoas com mobilidade reduzida, como pessoas idosas, gestantes e obesas.

Segundo Ministério da Saúde, a deficiência física refere-se a "[...] alterações completas ou parciais de um ou mais segmentos do corpo humano, que acarretam o comprometimento da mobilidade e da coordenação geral" (BRASIL, 2008, s/p). Calcula-se que 2% da população brasileira possui essa deficiência e boa parte de seus casos acontece a partir dos 25 anos de idade devido a acidentes, violência e de certas doenças na gênese desta deficiência. Já a deficiência auditiva atinge 1,5% da população e se dá pela perda total ou parcial da capacidade de ouvir, podendo ser caracterizada como surdez leve e moderada e surdez severa ou profunda (BRASIL, 2008). A deficiência intelectual é caracterizada por padrões intelectuais reduzidos em comparação com a média. Normalmente o indivíduo com essa deficiência tem limitações como: comunicação, cuidados pessoais e habilidades acadêmicas (BRASIL, 2008; 2017). Cerca de 1% da população possui a deficiência múltipla, que é a combinação de duas ou mais deficiências primárias como: intelectual, visual, auditiva e física.

Na presente pesquisa aborda-se apenas as particularidades da deficiência visual, que segundo o artigo 1º inciso 1º da portaria nº 3.128, de 24 de dezembro de 2008 do Ministério da Saúde "Considera-se pessoa com deficiência visual aquela que apresenta baixa visão ou cegueira" (BRASIL, 2008, s/p). A cegueira pode ser dividida em cegueira congênita, que é aquela que a pessoa já nasce com ela ou é manifestada até os 5 anos de idade devido a condições genéticas ou até mesmo devido a condições externas como exposição a tóxicos e intercorrências no parto e pós-parto (ALMEIDA; ARAÚJO, 2013). Já a cegueira adquirida é aquela que é adquirida em algum momento da vida através de acidentes ou doenças que atingem o aparelho ocular - esta é dividida em cegueira súbita e a progressiva. A cegueira súbita se dá através de acidentes, podendo ocorrer em qualquer faixa etária e tem "dois estágios: o choque imediato e a recuperação subsequente, esse estágio consiste em despersonalização seguida de depressão" (ALMEIDA; ARAÚJO, 2013, p.5-6). A cegueira progressiva pode ser causada por doenças oculares como glaucoma e problemas orgânicos, como diabetes por exemplo, nesta:

O processo de despersonalização pode não ocorrer e a depressão não é severa, pois a fase de lamentação acontece antes da cegueira, onde a pessoa tem um tempo para digerir suas perdas. Por um lado, esse tipo de cegueira pode facilitar o acesso e apoio antes de a pessoa se tornar cega; contudo pode causar um estado de contínua ansiedade pela ameaça de perder a visão (ALMEIDA; ARAÚJO, 2013, p.5-6)

Independentemente do tipo de cegueira, perder a visão exige que muitas adaptações sejam realizadas na vida da pessoa e uma das adaptações necessária é aguçar os outros sentidos humanos (audição, olfato, tato e paladar). Freire (2005, p. 3) diz:

A carência ou a séria diminuição da captação da informação, por um canal sensorial da importância da visão, faz com que a percepção da realidade de um cego seja muito diferente da dos que enxergam. Boa parte da categorização da realidade reside em propriedades visuais que se tornam inacessíveis ao cego, mas isto não quer dizer que careça de possibilidade para conhecer o mundo ou para representá-lo; o que ocorre é que, para isso, deve potencializar a utilização dos outros sistemas sensoriais.

A perda ou diminuição da visão dificulta o aprendizado e desenvolvimento da mobilidade, por isso é comum a utilização de bengala e cão guia para a locomoção, e no quesito da aprendizagem a utilização de instrumentos como: prancheta, reglete e punção, que são instrumentos criados para escrita e para aprendizagem de Braille, sistema de leitura e escrita utilizado universalmente por pessoas cegas (LE MOS; CERQUEIRA, 2014). Mesmo havendo um sistema específico para aprendizagem de Braille, ainda não se tem muita bibliografia impressa em Braille, desta forma, as pessoas cegas acabam precisando recorrer a colegas para auxiliar em leituras (BRUMER; PAVEI; MOCELIN, 2004).

Historicamente as pessoas com deficiência sofrem discriminação, são subestimadas e infelizmente estão mais suscetíveis a cair em golpes, pois muitas vezes são consideradas incapazes pela sociedade, inclusive pelos próprios familiares, seja na escola, no trabalho ou no dia a dia. Foi somente após a Segunda Guerra Mundial que pessoas com deficiência passaram a ser reconhecidas como sujeitos detentores de direitos (BRUMER; PAVEI; MOCELIN, 2004).

A sociedade, de modo geral, ainda necessita de muito aprendizado quanto a ser verdadeiramente inclusiva e capacitada, que ofereça recursos para essas pessoas não ficarem a margem da sociedade. Assim como é possível a pessoa com deficiência se aprimorar, é possível a pessoa sem deficiência estar apta a atender as necessidades de uma pessoa com deficiência visual (PCD Dv). Ventura (2001, s/p) afirma que:

O preconceito e a discriminação não se corrigem só pelo uso bem-comportado da linguagem, por mais importante que ela seja como portadora de clichês e estereótipos. Não adianta evitar palavras e expressões como ‘denegrir’, ‘judiar’, ‘cego de raiva’, sem mudar a cabeça. Assim, como retórica, o politicamente correto serve apenas para disfarçar o preconceito e tornar o nosso racismo mais cordial.

Sobre isso, o Programa de Ação Mundial para Pessoas Deficientes da Organização das Nações Unidas (ONU, 1982, s/p) complementa que:

[...] é o meio que determina o efeito de uma deficiência ou de uma incapacidade sobre a vida cotidiana da pessoa. A pessoa vê-se relegada à invalidez quando lhe são negadas as oportunidades de que dispõe, em geral, a comunidade, e que são necessárias aos aspectos fundamentais da vida, inclusive a vida familiar, a educação, o trabalho, a habitação, a segurança econômica e pessoal, a participação em grupos sociais e políticos, as atividades religiosas, os relacionamentos afetivos e sexuais, o acesso às instalações públicas, a liberdade de movimentação e o estilo geral da vida diária.

Assim, a ONU defende que pessoas com deficiência devem ser consideradas cidadãos possuidoras de obrigações e direitos, que devem ser garantidos pelo Estado. Apesar de já existir uma legislação garantindo recursos que atendam suas necessidades, na prática tais recursos só são implantados nas áreas centrais das cidades ou nem são implantados. Em entrevista para o jornal Folha de Pernambuco em 2019, deficientes visuais apontaram buracos, calçadas com desníveis, rampas inadequadas e travessias perigosas como as principais dificuldades rotineiras de suas vidas. Além disso, a inexistência de sinalizações táteis e placas em Braille dificultam ainda mais o cotidiano e a inclusão dessas pessoas na sociedade (BARBOSA, 2019). A pesquisa realizada por Rodrigues et al. (2019) em Pelotas-RS, além destes problemas e outros aspectos, aponta que questões com transportes alternativos (por aplicativos) e com comerciantes que utilizam as calçadas para exposição de mercadorias, também são enfrentados por deficientes visuais em centros urbanos. Além disso, na área profissional não existem muitas vagas direcionadas a esse público e as que existem muitas vezes surgem porque um auditor fiscal do Ministério do Trabalho ameaçou autuar as empresas que não cumprem a lei 8.213/91, que garante trabalho em empresas privadas para pessoas com deficiência (BRUMER; PAVEI; MOCELIN, 2004).

Segundo Julião e Ikemoto (2007) no Turismo, especialmente em unidades de conservação, uma das principais dificuldades encontradas por pessoas com deficiência visual são falta de profissionais qualificadas para oferecer uma boa mobilidade ao visitante, inclusive a arquitetura do local nem sempre é propícia a acessibilidade e a mobilidade. Além disso, falta trilhas e atrativos acessíveis em diferentes paisagens ou nas áreas possíveis. A criação de um espaço dedicado a essa parcela da população é interessante, mas de certa forma é limitante, pois apenas um atrativo não é suficiente, além de que existe a curiosidade em visitar um atrativo famoso, que nem sempre é acessível. Como preconiza o artigo 3º da lei nº 13.146 que se refere ao Estatuto da Pessoa com Deficiência, deve-se haver:

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação

e comunicação [...] de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015, s/p).

Outra dificuldade encontrada por estas pessoas é a falta de sinalização de acordo com cada tipo de deficiência visual, como um espaço dedicado a leitura em Braille e equipamentos de apoio, como por exemplo, cordões táteis, que seriam cordões com nós. O que é reforçado também por Neves (2013, p. 8) ao mencionar que “A falta de acessibilidade na estrutura física de alguns equipamentos de turismo, bem como a falta de informação e qualidade no atendimento são algumas das barreiras que dificultam o direito de ir e vir com autonomia e dignidade das pessoas com deficiência”.

Os recursos citados são de demasiada importância para estes indivíduos, pois atividades realizadas ao ar livre oferecem estímulos sonoros, olfativos, táteis e sensoriais. Além disso, ajudam na melhora da autoestima, pois existe uma superação dos próprios limites do indivíduo (JULIÃO; IKEMOTO, 2007).

Como já foi mencionado anteriormente, os parques possuem extrema importância para a conservação da fauna e flora de uma localidade e, em alguns casos, é importante também para conservação da cultura e da história daquela região, o que contribui diretamente com o Turismo. Por ser um lugar rico em relação a sua diversidade, estes locais são capazes de propiciar ao ser humano diversão, relaxamento e educação, mas apesar de haver variedade de paisagens e de atividades para se realizar, alguns parques ainda não estão (totalmente) aptos para receber pessoas com deficiências. De acordo com Souza e Monlevade (2018, p. 6) "não só os equipamentos turísticos devem estar de acordo com as normas de acessibilidade, mas [...] inclusive capacitação do atendimento de forma satisfatória ao turista".

Essas barreiras que prejudicam a dignidade da pessoa com deficiência são explicadas detalhadamente em seis dimensões por Sasaki (2009), conforme quadro 1:

Quadro 1 – Dimensões da acessibilidade

Dimensão Arquitetônica	Acesso fácil nos aeroportos, terminais rodoviários, espaços urbanos, hotéis e similares, museus, teatros, transportes coletivos, parques ecológicos, parques temáticos, locais de eventos, acampamentos etc.
Dimensão Comunicacional	Adequação das sinalizações de locais (em atenção aos cegos e pessoas com baixa visão) e contratação de intérpretes da língua de sinais junto aos trabalhadores em serviços e locais de lazer.
Dimensão Metodológica	Adequação dos métodos e técnicas de trabalho: treinamento e desenvolvimento de recursos humanos, execução de tarefas, ergonomia, novo conceito de fluxograma, empoderamento etc.

Dimensão Instrumental	Acessibilidade total nos instrumentos e utensílios de trabalho: ferramentas, máquinas, equipamentos, lápis, caneta, teclado de computador etc..
Dimensão Programática	Eliminação de todas as barreiras invisíveis que estejam inadvertidamente embutidas em políticas: leis, decretos, portarias, resoluções, ordens de serviço, regulamentos etc.
Dimensão Atitudinal	Eliminação de preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações, como resultado de programas e práticas de sensibilização e de conscientização dos trabalhadores em geral.

Fonte: SASSAKI (2009, p. 2-6).

Devido a todas essas dimensões, a implementação da acessibilidade é um desafio, principalmente quando se trata de parques que também são Unidades de Conservação, como é o caso do objeto de estudo desse artigo. Souza e Ribeiro (2021) apontam que o pequeno número de Unidades de Conservação aptas à visitação prejudica ainda mais o contato de pessoas com deficiência com o meio natural, o que pode ocasionar uma baixa qualidade de vida. Mesmo não possuindo a visão do espaço que está inserido, o deficiente visual consegue realizar atividades no meio natural com auxílio de outros estímulos, como sinestésicos, táteis, olfativos, sonoros e ainda consegue sentir os recursos do local, como folhas e pedras.

Mas apesar de ser um processo desafiador, não é impossível promover a acessibilidade em locais delicados, através de um plano de manejo e projeto de acessibilidade, análise de capacidade de carga e controle e fiscalização ambiental algumas irregularidades podem ser sanadas. A análise de capacidade de carga e controle determina a quantidade de pessoas que podem usufruir do local em um determinado tempo, para essa análise acontecer é necessário levar em consideração alguns aspectos como:

- Tamanho da área e espaço a utilizável pelo turista; Fragilidade do ecossistema a ser visitado;
- Recursos naturais: número, diversidade e distribuição das espécies vegetais e animais; Topografia, relevo e hidrografia;
- Sensibilidade e mudança de comportamento de espécies animais diante dos visitantes;
- Percepção ambiental dos turistas;
- Disponibilidade de infraestrutura e facilidades;
- Oportunidades existentes para que os visitantes desfrutem dos recursos (ANJOS, 2008, p. 20).

Por sua vez, o plano de manejo, "define e delimita o uso adequado em zonas específicas e cria normas para essa utilização" (ANJOS, 2008, p. 21). Contudo, um levantamento de dados realizado por Souza e Ribeiro (2021) mostra que apenas 25 das 70 Unidades de Conservação que responderam o formulário proposto por eles em pesquisa, afirmaram ter alguma iniciativa de acessibilidade no seu plano de manejo, porém também afirmaram que a falta de recursos

financeiros e conhecimento técnico são os principais empecilhos para a efetivação de qualquer medida existente.

Além de mostrar a perspectiva dos gestores, essa pesquisa também propôs um questionário aos visitantes do parque, onde "as pessoas com deficiência física representam a maior parcela dos respondentes, com 32%, seguidas pelas pessoas com mobilidade reduzida (26%) [...]. Nenhum visitante com deficiência visual ou auditiva participou da pesquisa" (SOUZA; RIBEIRO, 2021, p. 15). Esses dados nos fazem pensar que o público com deficiência visual não está frequentando esse tipo de local. Essa ideia também é reforçada por Anjos (2008) ao explicar que a intenção de sua pesquisa era analisar a perspectiva de pessoas com deficiência visual que frequentavam uma trilha adaptada, mas durante a pesquisa foi constatado que esse público não está frequentando a trilha.

Além de um plano de manejo e a análise de capacidade de carga, o Ministério do Turismo recomenda a realização de um mapeamento de acessibilidade no município que:

Tem por objetivo analisar, de forma geral, os aspectos de acessibilidade turística às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, envolvendo visitas e observações técnicas dos equipamentos e edificações públicos e seu mobiliário urbano, assim como das instalações e serviços dos estabelecimentos privados e dos principais pontos turísticos locais (BRASIL, 2009, p. 11).

Depois do mapeamento realizado, os dados devem ser analisados e as adequações podem começar a serem feitas seguindo os critérios da NBR 9050 da ABNT (2015, p. 11), onde determina-se critérios de acessibilidade em edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, tanto para construções ou adaptações (no meio urbano e rural). Para deficientes visuais as condições a serem analisadas podem ser sinalização tátil e visual no piso que serve para:

- a) Informar à pessoa com deficiência visual sobre situações de risco permanente, como objetos suspensos não detectáveis pela bengala longa;
- b) Orientar o posicionamento adequado da pessoa com deficiência visual para o uso de equipamentos, como elevadores, equipamentos de autoatendimento ou serviços;
- c) Informar as mudanças de direção ou opções de percursos;
- d) Indicar as travessias de pedestres (ABNT, 2015, p. 48).

Em pesquisas realizadas em parques e áreas de conservação normalmente é evidenciado que essas áreas não estão ou estão pouco adaptadas para pessoas com deficiência, dessa forma, no local é possível encontrar pouca acessibilidade; acessibilidade somente em pontos específicos e, em alguns casos, a acessibilidade atende somente um tipo de deficiência, como é caso do Parque Nacional Serra da Capivara no Piauí: o parque não é adaptado para

todas as deficiências, apenas 12% dos sítios abertos ao público são adaptados, adaptações essas que atendem majoritariamente o público cadeirante (CARVALHO, 2012, p. 460).

Já no Parque Natural Municipal Victório Siquierolli em Uberlândia (Minas Gerais), foi constatado que as estruturas existentes não estão nas dimensões recomendadas pela norma ABNT NBR 9050/2015 e que "a maioria dessas estruturas adaptadas beneficia diretamente as pessoas com deficiência física, parcialmente as pessoas com deficiência auditiva e não contempla as pessoas com deficiência visual" (LIMA; MELO; MINASSE, 2019, p. 13).

No Parque das Nações Indígenas em Campo Grande (Mato Grosso do Sul), em estudo realizado por Oliveira e Oppliger (2018), concluiu-se que a acessibilidade é inadequada, pois atende o mínimo exigido pelas normas, mas a acessibilidade ao redor do parque obteve um resultado positivo, já que havia sinalizações e trechos pavimentados, entretanto, a parte adaptada não está ligada diretamente com o parque.

Já a situação do Parque José Rollemberg Leite em Aracaju (Sergipe) é crítica, pois a coordenação de Áreas Protegidas do Sergipe informou que o parque não dispõe de acessibilidade alguma e não possui projetos para atrair esse tipo de público (SILVEIRA, 2021).

Sobre os parques urbanos da baixada cuiabana, como o Parque Tia Nair (Cuiabá/MT), não apresenta bons resultados, pois não há adequações para pessoas com deficiência (SILVA, 2018); já o Parque Zé Bolo Flô apresenta um índice de acessibilidade inadequado, pois não há sinalizações táteis e não há faixa elevada para pessoas com cadeira de rodas (MACHADO, 2019); o Parque Mãe Bonifácia também não satisfaz, pois também não possui sinalizações táteis ou sonoras, o bebedouro não é adaptado e dificilmente uma rampa é encontrada (SOUZA, 2018).

Diante disso, é possível perceber que a visitação nessas áreas não é favorecida para esse público, principalmente para os deficientes visuais, pois foi a deficiência menos contemplada com adaptações de acordo com as pesquisas realizadas pelos autores.

3 TURISMO ACESSÍVEL NO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DOS GUIMARÃES

3.1 O Parque Nacional da Chapada dos Guimarães

Com o intuito de proteger e preservar a fauna e a flora da região, a Lei 97.656 de 12 de abril de 1989 cria o Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, que é uma unidade de conservação do Cerrado, o segundo maior bioma brasileiro. Além de criar o Parque Nacional,

esta lei também prevê no artigo 4º que o Parque Nacional da Chapada dos Guimarães fica sujeito ao disposto na Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que se refere ao Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros (BRASIL, 1989).

Situado nos municípios de Cuiabá e Chapada dos Guimarães no estado de Mato Grosso, o Parque Nacional da Chapada dos Guimarães possui 33 mil hectares e é lar para diversas espécies. O parque protege 10 tipos de vegetação do Cerrado, sendo "659 espécies conhecidas de vegetais, 44 de peixes, 242 de aves e 76 de mamíferos" (ICMBIO, 2021, s/p). Além disso, o parque possui grande parte das nascentes dos grandes rios brasileiros como o rio Paraguai, Araguaia, Tocantins, Jurueña-Tapajós e São Francisco (ICMBIO, 2021), o local dispõe também de sítios arqueológicos e diferentes formações geológicas que estão sob a gestão do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO).

A entrada para o parque é gratuita, mas para se ter acesso a alguns atrativos é necessário contratar um condutor autorizado pela gerência do Parque Nacional. A visitação pode ser feita durante todo o ano, sendo que entre julho e outubro é o período de seca, com possibilidade de incêndios florestais e de dezembro a março é o período de chuvas. Os atrativos funcionam de acordo com um sistema de controle e monitoramento, onde os atrativos são abertos conforme a capacidade de gestão e das estruturas, garantindo assim uma visitação segura para os visitantes e de baixo impacto ambiental. O parque dispõe dos seguintes atrativos, dispostos no quadro 02, que estão sujeitos a condições especiais de visitação:

Quadro 2 – Atrativos localizados no Parque Nacional da Chapada dos Guimarães

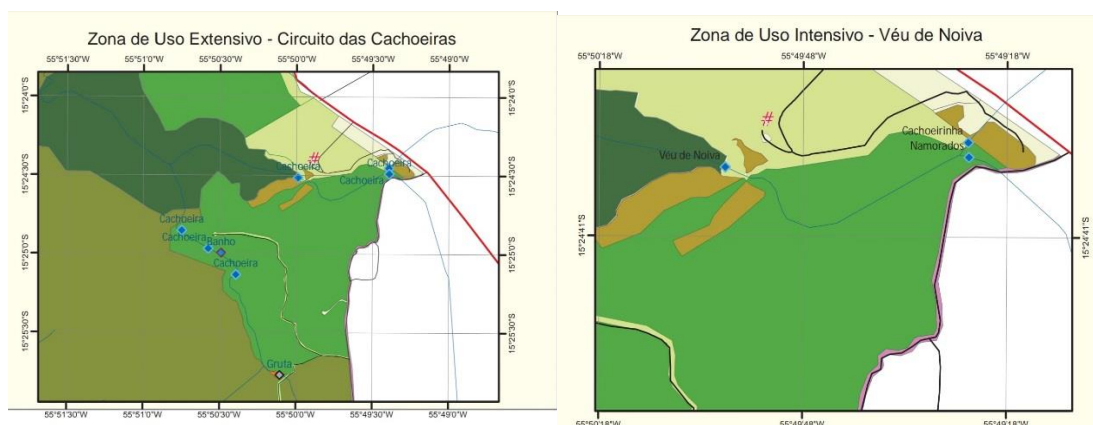
Vale do Rio Claro	Neste atrativo é possível encontrar 3 trilhas principais que te levam para as seguintes atrações: Crista do Galo, Poço Verde, Poço das antas onde é possível realizar flutuação e descer as corredeiras. No total são 15 km de trilha com vegetação típica do Cerrado.
Cachoeira dos Namorados e Cachoeirinha	São as duas cachoeiras mais visitadas, devido ao seu fácil acesso. A Cachoeira dos Namorados possui cerca de 6 metros de altura e é formada pelo córrego Piedade, pelo seu espaço para banho não ser muito fundo, este atrativo também é indicado para crianças. Já a Cachoeirinha possui uma queda d'água maior, com 18 metros de altura. O local é recomendado para banho e para a realização de piquenique. Estes dois atrativos são autoguiados e os visitantes devem levar seu próprio alimento, assim como devem levar todo lixo produzido consigo.
Véu de Noiva	O principal cartão postal de Chapada dos Guimarães é uma cachoeira com queda d'água de 86 metros de altura, formada pelas águas do córrego Coxipozinho. A cachoeira é cercada por paredões de arenito, onde é possível encontrar ninhos de araras vermelhas. O acesso até o mirante é feito por uma trilha de 550 metros. Devido a um desmoronamento o banho no local está proibido desde 2008.
Circuito das Cachoeiras	O circuito é formado por seis cachoeiras, que são formadas pelas águas do córrego Independência. A extensão das trilhas é de aproximadamente 6 km ida e volta. O circuito segue a seguinte ordem: cachoeira do Pulo que possui 2,5 metros de altura, cachoeira Degraus, cachoeira Prainha, cachoeira Andorinhas que possui 20 metros de queda d'água, cachoeira Independência que 45 metros de altura e por último a cachoeira 7 de Setembro.
Casa de Pedra	Este atrativo é uma gruta de arenito que foi esculpida pelo córrego Independência. O local possui vestígios de pinturas rupestres e dizem que o local foi refúgio para escravos fugidos.

	Além disso, o local já foi cenário para abertura da novela da rede Globo Fera Ferida de 1993.
Morro de São Jerônimo	É o ponto mais alto do parque com mais de 800 metros de altitude e está a 7,5 km da sede administrativa do Parque. Este atrativo possui uma trilha de 20 km ida e volta em uma estrada, com direito a aclive e declive, além de uma pequena escalada. A origem do nome desde morro está ligada às orações feitas pelos bandeirantes à Santa Bárbara e a São Jerônimo que, ao chegarem ao sopé do morro, clamavam pelo santo protetor dos raios e trovões.
Cidade de Pedra	A trilha deste atrativo conta 300 metros que nos leva a paredões com até 350 metros de desnível onde é possível contemplar a visão do Vale do Rio Claro e também é possível avistar araras vermelhas sobrevoando o local, além de encontrar pegada de onças e antas no caminho.
Travessia	Essa opção de passeio conecta os principais atrativos do parque como: a Trilha da Cachoeira Véu de Noiva, o Circuito das Cachoeiras, as Cachoeiras de Época (temporárias), o Morro São Jerônimo e a Trilha Histórica do Carretão. Ao todo, esse percurso possui 23 km de extensão que são feitos em dois dias de caminhada mais pernoite em acampamento rústico.

Fontes: adaptado de CPRM (2021); ICMBIO (2021).

Para o presente estudo foram selecionados os atrativos turísticos Mirante da Cachoeira Véu de Noiva e o Circuito das Cachoeiras (figura 01), por serem alguns dos locais favoritos dos viajantes segundo o TripAdvisor.

Figura 1 – Localização dos atrativos estudados na pesquisa



Fontes: ICMBIO (2020).

3.2 Acessibilidade no Parque Nacional da Chapada dos Guimarães: apresentação dos dados e análise dos resultados

Para análise da estrutura de acessibilidade nos atrativos selecionados foram realizadas duas visitas à campo e uma entrevista com o responsável pelo setor de visitação, Fernando Xavier. Durante a entrevista que ocorreu através de e-mail, foi informado que o parque está aberto a todos, mas não há estrutura que facilite o acesso ou atrativo específico destinado a esse

público, entretanto, no parque há duas cadeiras de montanhismo adaptadas a pessoas com deficiência física, que podem ser utilizadas quando procuradas pelos visitantes. Além disso, foi informado que não há treinamento específico sobre acessibilidade para os servidores do local, apenas orientação quanto à lei n. 10.048/2000 referente a atendimento prioritário a pessoas com deficiência, idosos, gestantes etc. Também há possibilidade de acesso em veículo próprio em trilhas destinadas a caminhadas ao público em geral.

Contudo, foi informado que existe interesse em qualificar os profissionais, porém o parque conta com poucos funcionários com contrato permanente destinados a lidar com visitação, o que dificulta o processo de treinamento, além disso, a proposta de concessão do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães visa promover mais acessibilidade ao menos nas edificações do centro de convivência dos visitantes.

A primeira visita ao parque foi realizada em 24 de setembro de 2022 (sábado), com a participação de um deficiente visual de 59 anos, cego há 20 anos após um acidente de bicicleta e complicações do Glaucoma. É importante salientar que mesmo depois de perder a visão o participante fez algumas trilhas, visitou cachoeiras e permaneceu gostando de estar em contato com a natureza.

O intuito desta primeira visita foi analisar como seria a experiência deste participante nos atrativos do parque. Inicialmente o objetivo era realizar o percurso do Mirante do Véu de Noiva e o Circuito das Cachoeiras, mas devido às irregularidades do trajeto a pesquisadora e o participante percorreram o trajeto do Mirante Véu de Noiva até a primeira cachoeira do Circuito, que é a Cachoeira do Pulo. O percurso da entrada até o Mirante Véu de Noiva (figura 2) é uma descida ampla de terra, para sinalizar a descida troncos de árvores foram colocados no trajeto representando degraus, não houve muita dificuldade em realizar esse percurso.

Figura 2 – Trilha para o Mirante Veu de Noiva



Fonte: a autora (2022)

Já a experiência no Mirante Veu de Noiva (figura 3) foi agradável, o espaço é amplo com chão de paralelepípedo, não há empecilhos no caminho e o guarda corpo do local está em boas condições. Apesar de não possuir a visão, o participante pôde desfrutar de outros sentidos, ouvindo a água da cachoeira, os sons dos pássaros e sentindo a brisa do vento que corre entre os paredões.

Figura 3 - Mirante Veu de Noiva



Fonte: a autora (2022).

Logo após seguiu-se para a cachoeira do Pulo, a primeira do Circuito das Cachoeiras, cuja distância do centro de visitantes é de 1750m. O Circuito é formado por seis cachoeiras, que são formadas pelas águas do córrego Independência. A extensão das trilhas é de aproximadamente 6 km ida e volta. É uma trilha de dificuldade moderada, não há acessibilidade no percurso, corrimões só estão presentes em algumas partes do trajeto e em pontos estratégicos há algumas placas e mapas (não táteis) que ajudam os visitantes a se localizarem como observa-se na figura 4.

Figura 4 – Placas de sinalização do Circuito



Fonte: a autora (2022)

Apesar da trilha ser considerada de intensidade moderada, houve muita dificuldade para o participante realizar o percurso, já que é bastante irregular; o terreno é acidentado, possui várias descidas e subidas, além de pedras, cascalho, areia e raízes de plantas expostas em algumas partes há pequenas pontes de madeira para facilitar a passagem, porém algumas tábuas estavam soltas no dia da visita; algumas passagens são mais estreitas que outras e em alguns pontos há árvores no meio do caminho o que também dificultou o acesso (figura 5). Alguns pontos foram tão críticos que em um deles resultou na quebra de duas paletas da bengala do participante, em outros pontos o tempo de caminhada foi maior para que o participante conseguisse passar.

Figura 5 – Irregularidades encontradas no Circuito



Fonte: a autora (2022)

No restaurante do parque observou-se que não há cardápio em braille e não há piso tátil também, porém os funcionários se mostraram atenciosos ao perceber a presença de uma pessoa com deficiência visual, então a experiência do participante no restaurante também foi agradável.

Para realizar a trilha com o deficiente visual foi necessária muita atenção, calma e fazer o percurso lentamente para não correr o risco dele se machucar. Como sugestão de melhoria, o participante sugeriu aterrar alguns pontos do percurso, erguer uma rampa feita de aterro ou madeira nos pontos mais críticos, além de instalar corrimões e treinar instrutores para lidarem com o público deficiente e realizar manutenção das tabuas soltas nas pontes presente. Apesar das dificuldades encontradas na trilha, o participante teve uma boa experiência, pois gosta do contato com a natureza, e recomenda a visita ao parque, mas sugere que cegos visitem acompanhados por pessoas que já estejam acostumadas a guia-los.

A segunda visita a campo foi realizada no dia 11 de outubro de 2022 (terça-feira). Desta vez o participante deficiente visual não estava presente e todo percurso do Circuito das Cachoeiras foi realizado, assim como a ida ao Mirante Veu de Noiva. Nessa ocasião o trajeto começou pela trilha da Cachoeira das Andorinhas (figuras 6 e 7), a distância entre o centro de convivência dos visitantes e a cachoeira é de 2.450m, o percurso não possui pavimentação e o espaço é amplo em seu começo, mas a partir da metade da trilha o percurso apresenta irregularidades, há muitas pedras, raízes e descidas íngremes no caminho, além de que, em alguns pontos, o percurso é estreito, como pode ser visto na figura 6.

Figura 6 – Trilha da Cachoeira das Andorinhas



Fonte: a autora (2022)

O próximo ponto do circuito é a Prainha, o trajeto até a cachoeira é uma subida estreita e íngreme com o terreno muito acidentado. A próxima cachoeira visitada foi a Cachoeira Degraus, o percurso é menos acidentado, porém ainda se encontra intercorrências no caminho. Por último visitou-se novamente a Cachoeira do Pulo (figura 7), que possui o trajeto irregular e acidentado, com presença de pedras e raízes durante o percurso o que dificulta o acesso como já mencionado anteriormente.

Figura 7 – Pontos críticos do circuito: trilha para a Cachoeira do Pulo e Andorinha respectivamente



Fonte: a autora (2022)

Esta segunda visita por sua vez foi realizada com o intuito principal de analisar a acessibilidade do local de acordo com a ABNT-NBR 9050, norma referente aos critérios para construção ou adaptação de edificação e equipamentos urbanos, bem como o Roteiro de Inspeção- Verificação da acessibilidade da edificação do Ministério do Turismo foi utilizado para averiguar o nível de acessibilidade do local. Nesta pesquisa analisou-se a acessibilidade do estacionamento, entrada do parque, restaurante, sanitário e trilha.

O Parque Nacional da Chapada dos Guimarães possui apenas uma entrada, então veículos e pedestres passam pelo mesmo local. A entrada de veículos é autorizada somente para servidores do local, então os visitantes devem deixar seus carros no estacionamento e adentrar ao parque a pé, o estacionamento é amplo, plano e asfaltado, não possui nenhuma sinalização de reserva de vagas para pessoas com deficiência ou piso e sinalização tátil (figura 8).

Figura 8 – Estacionamento na entrada do parque



Fonte: a autora (2022)

Já a entrada do parque é plana, não possui calçada ou piso tátil, mas a largura promove um bom deslocamento a pé, visto que possui 3,7 metros, o que excede o indicado pela norma, que diz que para haver um bom deslocamento a pé é necessário entre 0,75m a 0,90m (figura 9).

Figura 9 – Entrada do parque



Fonte: a autora (2022)

No centro de convivência dos visitantes do parque é possível encontrar restaurante, loja de artesanato, a administração do ICMBIO e os sanitários. A entrada do restaurante (figura 10) é ampla, possui 1,7 metros de largura, logo, está dentro da norma, não há empecilhos na entrada e apesar de não possuir piso tátil a pessoa com deficiência visual consegue acessar o local com segurança.

Figura 10 – Entrada para o restaurante do parque



Fonte: a autora (2022)

Os sanitários presentes na sede são os únicos de todo o parque, o que não tem problema, pois a norma exige pelo menos um sanitário por pavimento e a área da sede do parque é o único pavimento com construção em toda sua área. Há sanitário masculino, feminino e o sanitário acessível/família (figura 11), que cumpre com a exigência da norma, pois permite que a pessoa com deficiência possa entrar acompanhada por outra pessoa independente do sexo.

Figura 11 – Sanitário acessível/ família



Fonte: a autora (2022)

Para acessar o banheiro é necessário passar por um corredor (figura 12) que possui 1,0 metro de largura, o indicado pela norma é 0,90 metros, portanto, o corredor está de acordo com a norma, apesar de não haver piso ou sinalização tátil. Sobre as portas, a norma diz que abertas devem possuir um vão livre de no mínimo 0,80 metros, a porta do banheiro possui 0,88 metros, então está dentro do previsto pela norma.

Figura 12 - Corredor de acesso



Fonte: a autora (2022)

É indicado que a papeleira do sanitário não seja instalada abaixo de 1,0 metro e a papeleira do parque (sinalizada como A) possui exatamente 1,0 metro de altura, logo está de acordo com a norma. O lavatório (sinalizada como B) possui altura de 0,80 metros, que é a altura máxima para lavatório conforme a norma, além disso, é recomendado que haja barra de apoio ao lado do lavatório, mas no banheiro do parque (sinalizada como C) só foi encontrada barra de apoio ao lado da bacia sanitária. Sobre as bacias sanitárias, elas devem possuir uma altura entre 0,43 e 0,45 metros, a bacia sanitária do parque (sinalizada como D) possui 0,37 metros, portanto está fora do indicado pela norma. Segundo a norma a válvula de descarga deve possuir no máximo 1,0 metro de altura, portanto a válvula de descarga do banheiro (sinalizada como E) está dentro da norma pois possui 0,90 metros (figura 13).

Figura 13 – Sanitário acessível



Fonte: a autora (2022)

No quadro 3 a seguir apresenta-se uma síntese com o nível de acessibilidade de acordo com o Roteiro de Inspeção- Verificação da acessibilidade da edificação do Ministério do Turismo.

Quadro 3 – Nível de acessibilidade encontrado no Parque Nacional Chapada dos Guimarães

Equipamentos de lazer	Acesso a edificação	Pisos Táteis	Sinalização em braille	Índice de Acessibilidade
Estacionamento	Bom estado de conservação. Piso antiderrapante e trepidante.	Inexistente	Inexistente	Atende o mínimo: pouca acessibilidade.
Entrada do parque	Estado de conservação regular. Piso antiderrapante e trepidante.	Inexistente	Inexistente	Atende o mínimo: pouca acessibilidade.
Restaurante	Bom estado de conservação. Piso derrapante e trepidante. Circulação parcialmente acessível. Cardápio em braille inexistente.	Inexistente	Inexistente	Atende o mínimo: pouca acessibilidade.
Sanitário	Atende a recomendação legal. Localização acessível em todos pavimentos. Acessórios dentro da faixa de alcance. Barra de apoio existente apenas no vaso.	Inexistente	Inexistente	Boa acessibilidade: atende parcialmente.
Mirante Vêu de Noiva	Bom estado de conservação. Piso antiderrapante e trepidante. Circulação parcialmente acessível.	Inexistente	Inexistente	Atende o mínimo: pouca acessibilidade

Circuito das Cachoeiras	Não há autonomia e segurança em equipamentos e atividades. Corrimões apenas em locais indicados. Mapa tátil em nenhum local indicado.	Inexistente	Inexistente	Não atende o mínimo de acessibilidade.
-------------------------	---	-------------	-------------	--

Fonte: a autora, com base no Mapeamento da Acessibilidade do Ministério do Turismo (2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou analisar o nível de acessibilidade da estrutura do Mirante Veu de Noiva e Circuito das Cachoeiras localizados no Parque Nacional da Chapada dos Guimarães. A pesquisa levou em conta os parâmetros da norma ABNT NBR 9050, específicos para deficientes visuais e o Roteiro de Inspeção -Verificação da acessibilidade da edificação do Ministério do Turismo. Durante a pesquisa foi observado que na área construída o local atende apenas o mínimo exigido pela norma. Como é o caso dos sanitários, que apesar de atender algumas das exigências da norma ele não possui nem uma sinalização tátil ou informativo em braille, assim como em nenhum local do parque. No trajeto, nas áreas de mata e nos próprios atrativos não há acessibilidade alguma, além de haver estruturas de acesso com defeito, como tábuas soltas em pequenas pontes.

É importante salientar que mesmo com limitações, muitas pessoas com deficiência conseguem ultrapassar seus limites e realizar atividades turísticas e que um pouco mais de cuidado no planejamento e operacionalização do turismo em áreas naturais é possível que os locais se tornem mais acessíveis.

Faz-se necessário que a sociedade e as instituições sigam a lei e se adequem para que essa parcela da sociedade possa atingir seu potencial em qualquer âmbito de sua vida, assim como faz-se necessário os órgãos responsáveis fiscalizar as instituições se estão seguindo as normas e advertir aquelas que não se adequem. Pesquisas como essa dão mais visibilidade para as pessoas com deficiência, mostrando todas adversidades que enfrentam no cotidiano. Quando se encontra a raiz do problema é mais fácil encontrar a solução e assim contribuir com melhorias na qualidade de vida das pessoas. Essa pesquisa pode ser continuada, pois com a concessão do parque à iniciativa privada, alguns ajustes serão realizados quanto à acessibilidade e futuramente será possível observar se estas contribuíram ou não com as necessidades de pessoas com deficiência visual. Além disso, sugere-se aos futuros pesquisadores que insiram a opinião de pessoas com deficiência em suas pesquisas e a estar mais em contato com esse público durante o estudo, pois a vivência deles contribuirá de forma significativa com o resultado do trabalho, afinal eles são o público-alvo, então é necessário dar visibilidade a essas pessoas.

Mesmo que o objeto de estudo tenha sido uma unidade de conservação, a norma NBR 9050 afirma que, no caso de áreas preservadas, se deve buscar o máximo grau de acessibilidade com mínima intervenção no meio ambiente. Então ressalta-se novamente as sugestões de melhorias com baixo impacto ambiental que os gestores possam seguir: aterrar alguns pontos do percurso a fim de que diminua as irregularidades da trilha; nos pontos mais críticos fazer uma escada de madeira ou erguer uma rampa feita de aterro/madeira para promover maior segurança; instalar corrimões que podem ser feitos de corda; além de treinar instrutores para que estejam aptos a ajudar esse público a se locomover pelo parque e promover manutenção constate das tábuas das pontes de acesso.

Realizando essas adequações pessoas com deficiência também irão considerar visitar o parque, pois mesmo com o mínimo de acessibilidade o participante deficiente visual dessa pesquisa conseguiu ter uma boa experiência no atrativo, com as adequações outros deficientes poderão vivenciar bons momentos também, elevando o nível de acessibilidade do parque, mais público será atraído e consequentemente fomentará o turismo acessível na região.

REFERÊNCIAS

- ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **ABNT NBR 9050**. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 2015. Disponível em: http://acessibilidade.unb.br/images/PDF/NORMA_NBR-9050.pdf. Acesso em: 01 abr. 2022.
- ALMEIDA, T. S.; ARAUJO, F. V. Diferenças experienciais entre pessoas com cegueira congênita e adquirida: Uma breve apreciação. **Revista Interfaces: Saúde, Humanas e Tecnologia**, v. 1, n. 2, 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/cpu/Downloads/vanderlan,+Psicologia+Sa%C3%BAde.pdf>. Acesso em: 4 set. 2022.
- ANJOS, S. P. **Ecoturismo como forma de inclusão social**: Trilha interpretativa para deficientes visuais. Monografia (Graduação em Turismo), UniCEUB -Centro Universitário de Brasília, 2008. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/7326/1/20469270.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2022.
- BARBOSA, I. Pessoas com Deficiência Visual relatam seus maiores obstáculos. **Jornal Folha de Pernambuco**, 14 mar. 2019. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/noticias/pessoas-com-deficiencia-visual-relatam-seus-maiores-obstaculos/98782/>. Acesso em: 14 out. 2021.
- BRASIL. **Brasil aposta no ecoturismo para preservar o meio ambiente**, 3 nov. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/viagens-e-turismo/2021/brasil-aposta-no-ecoturismo-para-preservar-o-meio-ambiente> Acesso em: 20 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Pessoa com Deficiência Física**. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/11-10-dia-da-pessoa-com-deficiencia-fisica/>. Acesso em: 21 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência**. 2017. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/MatrizesConsolidacao/comum/37518.html>. Acesso em: 21 nov. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm Acesso em: 14 out. 2021.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo Acessível: Mapeamento e Planejamento do Turismo Acessível nos Destinos Turísticos**. v. 2. Brasília: Ministério do Turismo, 2009. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/turismo-acessivel/VOLUME_II_Mapeamento_e_Planejamento_Acessibilidade_em_Destinos_Turxsticos.pdf. Acesso em: 30 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 3.128, de 24 de dezembro de 2008**. Institui Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt3128_24_12_2008.html Acesso em: 21 nov. 2021.

BRASIL. **Lei 9.985, de 18 de julho de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D97656.htm#:~:text=D97656&text=DECRETO%20No%2097.656%2C%20DE,Guimar%C3%A3es%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias. Acesso em: 14 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo/Ministério do Meio Ambiente. **Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo**. Brasília: Ministério da Ind. Com. e Turismo – MICT; Ministério do Meio Ambiente, 1994. Disponível em: http://www.ecobrasil.provisorio.ws/images/BOCAINA/documentos/ecobrasil_diretrizespoliticanacionalecoturismo1994.pdf. Acesso em: 20 nov. 2021.

BRASIL. **Decreto Nº 97.656, de 12 de abril de 1989**. Cria, no Estado de Mato Grosso, o Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D97656.htm Acesso em: 14 nov. 2021.

BRUMER, A.; PAVEI, K.; MOCELIN, D. G. Saindo da "escuridão": perspectivas da inclusão social, econômica, cultural e política dos portadores de deficiência visual em Porto Alegre. **Sociologias**, p. 300-327, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/qmcgGFnDJTHQwvyPX5vjtSN/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 4 set. 2022.

CARVALHO, I. C. G. **O turismo Acessível**: estratégias de adaptação de uma cidade. O caso de Lisboa. Tese (Doutorado em Turismo), Universidade de Lisboa, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/22718>. Acesso em: 28 mar. 2022.

CARVALHO, S. M. S. Acessibilidade do Turismo no Parque Nacional Serra da Capivara – PI. **Turismo Em Análise**, v. 23, n. 2, 437-463, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v23i2p437-463>. Acesso em: 4 set. 2022.

CPRM. Serviço Geológico do Brasil. **Geoparque Chapada dos Guimarães - proposta**. Disponível em: <https://rigeo.cprm.gov.br/bitstream/doc/17167/1/guimaraes.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2021.

CRESWELL, J. W. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

DUTRA, L. V. Educação ambiental e gestão dos recursos hídricos no semiárido nordestino: uma experiência no alto oeste potiguar. CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 7., Vitória, 2014. **Anais...** Vitória: Associação Brasileira de Geógrafos, 2014. Disponível em: http://www.cbgb2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404152596_ARQUIVO_artigocbg.pdf. Acesso em: 22 nov. 2021.

FEARNSIDE, P. M. Os números do desmatamento são reais apesar da negação do presidente Bolsonaro. **Amazônia Real**, 2 ago. 2019. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/os-numeros-do-desmatamento-sao-reais-apesar-da-negacao-do-presidente-bolsonaro/>. Acesso em: 26 nov. 2021.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=oB5x2SChpSEC&oi=fnd&pg=PA6&dq=FONSECA,+J.+J.+S.+Metodologia+da+pesquisa+cient%C3%ADfica.+Fortaleza:+UEC,+2002.+Apostila&ots=ORR_Yzflh5&sig=MKywQkmQVVGFRUi2i1dqY_oHt8#v=onepage&q&f=false Acesso em: 8 nov. 2021.

FREIRE, I. M. A experiência com a cegueira. **Benjamin Constant**, n. 31, 2005. Disponível em: <http://revista.ibc.gov.br/index.php/BC/article/view/497>. Acesso em: 4 set. 2022.

FREITAS, D. R. de. **Trekking de regularidade**: Um olhar sobre a experiência do praticante. Belo Horizonte: Instituto de Geociências da UFMG, 2010. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/bitstream/ri/4586/5/TCCG%20%E2%80%93%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20F%C3%ADsica%20-%20Kenia%20Maria%20Dias%20Gomes.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2021.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

IBGE Educa. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pessoas com Deficiência**. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/20551-pessoas-com-deficiencia.html> Acesso em: 14 out. 2021.

ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Downloads**. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/parnaguimaraes/downloads.html>. Acesso em: 05 jan. 2023

ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Painel Dinâmico de Informações**. Disponível em: http://qv.icmbio.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc2.htm?document=painel_corporativo_6476.qvw&host=Local&anonymous=true. Acesso em: 4 set. 2022.

ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Parque Nacional da Chapada dos Guimarães**. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/parnaguimaraes/guia-do-visitante.html> Acesso em: 14 out. 2021.

JULIÃO, D.; IKEMOTO, S. M. O Direito Ao Lazer Do Deficiente Visual Em áreas Naturais Públicas E Unidades De Conservação. SEMINÁRIO DE ÁREAS PROTEGIDAS E INCLUSÃO SOCIAL, 2., 2007. **Anais...** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/239549792_O_DIREITO_AO_LAZER_DO_DEFICIENTE_VISUAL_EM_AREAS_NATURAIS_PUBLICAS_E_UNIDADES_DE_CONSERVACAO. Acesso em: 8 nov. 2021.

KRIPKA, R. M. L.; SCHELLER, M.; BONOTTO, D. L. Pesquisa documental na pesquisa Qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista de investigaciones UNAD**, Bogotá - Colômbia, v. 14, n. 2, p. 55-73, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/322589335.pdf> Acesso em: 8 nov. 2021.

KHUN, C. E. S.; SANTOS, F. R. P. (Orgs.). **Geoparque Chapada dos Guimarães: uma viagem pela história do planeta**. Cuiabá, MT: Associação Profissional dos Geólogos do Estado de Mato Grosso - AGEMAT: Federação Brasileira de Geólogos - FEBRAGEO, 2021. Disponível em: https://www.febrageo.org.br/downloads/livro_chapada_guimaraes.pdf. Acesso em: 18 set. 2022.

LEÃO, L. M. **Metodologia do Estudo e Pesquisa**: facilitando a vida dos estudantes, professores e pesquisadores. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=R92iDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT4&dq=LE%C3%83O,+L.+M.+Metodologia+do+Estudo+e+Pesquisa:+facilitando+a+vida+dos+e+estudantes,+professores+e+pesquisadores.+Petr%C3%B3polis,+RJ:+Vozes,+2017.&ots=LKU-CsG3kko&sig=2v4Y7n0U7NdePXgkfpGGR8FxN8M#v=onepage&q&f=false> Acesso em: 8 nov. 2021.

LEMO, E. R; CERQUEIRA, J. B. **O Sistema Braille no Brasil**, 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/cpu/Downloads/353-Texto%20original-723-1-10-20170308.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2022.

LIMA, A. B. L.; MELO, I. B. N; MINASSE, M. H. S. G. G. Acessibilidade do Parque Natural Municipal Victório Siquierolli (Uberlândia/ MG) para visitação de pessoas com deficiências física, auditiva e visual. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 19, n. 3, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/1154/115461709008/115461709008.pdf>. Acesso em: 4 set. 2022.

MACHADO, E. P. **A importância da acessibilidade no Parque Estadual da saúde “Zé Bolo Flô” em Cuiabá/MT para a inclusão social e o turismo**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo). Instituto Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2019. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1b1AhiK83vGIMzK7-zR_r8CxnH0OcR-QG/view. Acesso em: 4 set. 2022.

MARCONI, M.de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MENEZES, R. Descubra a beleza natural e o charme de Chapada dos Guimarães. **Governo de Mato Grosso**, 10 fev. 2017. Disponível em: <http://www.mt.gov.br/-/5811882-descubra-a-beleza-natural-e-o-charme-de-chapada-dos-guimaraes> Acesso em: 1º out. 2021.

NEVES, T. R. **Turismo e Acessibilidade**: um estudo nos equipamentos turísticos natalenses, aquário Natal e Fortaleza dos reis magos com base na associação brasileira de normas técnicas (ABNT). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo), Universidade Federal do Rio Grande no Norte, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/37700/3/TondersonRN_Monografia.pdf. Acesso em: 13 mar. 2022.

OLIVEIRA, L. C. P.; OPPLIGER, E. A. Turismo de inclusão social: as condições de acessibilidade no Parque das Nações Indígenas, Campo Grande–MS (Brasil). **Turismo e Sociedade**, v. 10, n. 3, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/turismo/article/view/54281>. Acesso em: 4 set. 2022.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Programa de Ação Mundial para as Pessoas Deficientes**. Assembleia Geral Da Organização das Nações Unidas, 1982. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/deficiente/progam.htm>. Acesso em: 23 nov. 2021.

RODRIGUES, I. M., MINASI, S. M., LOPES, A. I., SILVA, L. S. A hospitalidade de Pelotas/RS pela visão de quem não enxerga e aos passos de quem não caminha. **Revista de Turismo Contemporâneo**, v. 9, n. 2, p. 230-251, maio 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/turismocontemporaneo/article/view/23613> Acesso em: 30 nov. 2021.

SASSAKI, R. K. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, p. 10-16, mar./abr. 2009. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?1473203319. Acesso em: 6 mar. 2022.

SILVA, G. S. da. **Turismo e Inclusão Social**: um estudo de caso sobre acessibilidade no Parque Tia Nair em Cuiabá – MT. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo). Instituto Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2018. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1P28Fwk_5zWd4XbLLLu995zZ28aLSMKv7/view. Acesso em: 4 set. 2022.

SILVEIRA, S. de A. S. da. **Turismo e acessibilidade em parques públicos de Aracaju/SE**. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnologia em Gestão de Turismo), Instituto Federal de Sergipe, Aracaju, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ifs.edu.br/biblioteca/handle/123456789/1591> Acesso em: 4 set. 2022.

SIMA. Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo. **Ecoturismo**. Disponível em: <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/ambiente/ecoturismo4/> Acesso em: 20 nov. 2021.

SMITH, M.; AMORIM, E.; SOARES, C. O Turismo Acessível como Vantagem Competitiva: Implicações na Imagem do Destino. **Pasos**, v. 11, n. 3, Special Issue, p. 97-103, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/881/88128048010.pdf> . Acesso em: 22 nov. 2021.

SOUZA, E. C. S. **Lazer com Acessibilidade**: Parque Urbano Mãe Bonifácia em Cuiabá/MT. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo). Instituto Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2018. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1Jy2mvoNH46elEGGDoSFyp_qF59R2pDwI/view . Acesso em: 12 mar. 2022.

SOUZA, R. G.; RIBEIRO, K. T. O Paraíso é para Todos? Diagnóstico sobre Acessibilidade para Pessoas com Deficiência em Unidades de Conservação Federais. **Bio Brasil**, v. 11, n. 3, 2021. Disponível em: <https://revistaeletronica.icmbio.gov.br/BioBR/article/view/1906> . Acesso em: 19 mar. 2022.

VENTURA, Z. Conversa de cego. **O Globo**, Rio de Janeiro, 3 fev. 2001. Disponível em: <http://www.ethelrosenfeld.com.br/outrosautores03.htm> . Acesso em: 23 nov. 2021.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE INSPEÇÃO VERIFICAÇÃO DA ACESSIBILIDADE DA EDIFICAÇÃO

ACESSOS EXTERNOS À EDIFICAÇÃO

Estado de conservação das calçadas

- a.() Bom
- b.() Regular
- c.() Ruim
- d.() Péssimo

Especificação do tipo de piso externo (calçadas)

- a.() Antiderrapante e antitrepicante
- b.() Antiderrapante e trepidante
- c.() Derrapante e antitrepicante
- d.() Derrapante e trepidante

Guias rebaixadas

- a.() Adequada
- b.() Inadequada
- c.() Utilizada atualmente, mas fora de norma
- d.() Adaptáveis

Rampas acessíveis

- a.() Adequada
- b.() Inadequada
- c.() Utilizada atualmente, mas fora de norma
- d.() Adaptáveis

Sinalização Tátil de Alerta em Interferências

- a.() Existente total
- b.() Inexistente total
- c.() Existente parcial
- d.() Não existe interferência

ACESSOS PRIVADOS À EDIFICAÇÃO

Estado de Conservação da circulação interna

- a.() Bom
- b.() Regular
- c.() Ruim
- d.() Péssimo

Especificação do tipo de piso (dentro do lote)

- a.() Antiderrapante e antitrepicante
- b.() Antiderrapante e trepidante
- c.() Derrapante e antitrepicante
- d.() Derrapante e trepidante

Circulações e acessos

- a.() Acessíveis
- b.() Parcialmente acessíveis
- c.() Inacessíveis

ACESSOS AOS AMBIENTES INTERNOS

Os ambientes internos são acessíveis (em %)

- a.() 100% - Todos adequados e acessíveis
- b.() Entre 80 e 100% adequados e acessíveis
- c.() Entre 50 e 80% adequados e acessíveis
- d.() Entre 30 e 50% adequados e acessíveis
- e.() Entre 10 e 30% adequados e acessíveis
- f.() 10% ou menos dispositivos adequados

Quanto às circulações internas principais

- a.() Possuem largura superior a 1,20m
- b.() Possuem largura entre 1,00 e 1,20m
- c.() Possuem largura entre 0,80cm e 1m
- d.() Não são acessíveis

SANITÁRIOS

Quantidade de sanitários acessíveis

- a.() Superior ao mínimo legal
- b.() Atende a recomendação legal
- c.() Inferior ao mínimo legal

Localização de acordo com a edificação

- a.() Rota acessível em todos os pavimentos
- b.() Rota acessível em apenas um pavimento
- c.() Não está localizado em rota acessível

Disposição dos acessórios

- a.() Dentro da faixa de alcance
- b.() Parcialmente dentro da faixa de alcance
- c.() Fora da faixa de alcance

Instalação das barras de apoio

- a.() Existentes e em local adequado (vaso ou lavatório)
- b.() Existentes porem em local inadequado
- c.() Existe local adequado apenas (vaso ou lavatório)
- d.() Inexistente

Largura da porta

- a.() Igual ou superior a 1m
- b.() Entre 90 cm e 99 cm
- c.() Entre 80 cm e 89 cm
- d.() Igual ou inferior a 79 cm

Acessórios adequados da porta

- a.() Barra horizontal, maçaneta alavanca e material resistente
- b.() Barra horizontal e material resistente
- c.() Maçaneta horizontal e material resistente
- d.() Barra horizontal e maçaneta horizontal
- e.() Maçaneta tipo alavanca

AUTONOMIA E SEGURANÇA**A edificação permite autonomia e segurança**

- a.() Em todos os equipamentos e atividade
- b.() Apenas em parte das atividades
- c.() Na maioria dos equipamentos e atividade
- d.() Não há autonomia em equipamentos e atividades

PISOS TÁTEIS DE ALERTA**A edificação possui pisos táteis de alerta**

- a.() Em todos os locais necessários
- b.() Apenas em parte dos locais necessários
- c.() Em nenhum local necessário

PISOS TÁTEIS DIRECIONAIS**A edificação possui pisos táteis direcionais**

- a.() Em todos os locais necessários
- b.() Apenas em parte dos locais necessários
- c.() Em nenhum local necessário

SINALIZAÇÃO BRAILLE**Sinalização em batentes**

- a.() Em todas as portas existentes
- b.() Apenas em partes das portas existentes
- c.() Em nenhuma das portas existentes

Sinalização em corrimão e circulações

- a.() Em todos os locais indicados
- b.() Apenas nos locais indicados
- c.() Em nenhum dos locais indicados

Em mapas táteis

- a.() Em superfícies inclinadas
- b.() Na parede
- c.() Em nenhum dos locais indicados

Em cardápios

- a.() Somente o Braille
- b.() Na versão tinta e Braille
- c.() Não existe

SINALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS**Quanto ao SIA de equipamentos acessíveis**

- a.() Existe em todos os elementos acessíveis
- b.() Existe na maioria dos elementos acessíveis
- c.() Existe em parte dos elementos acessíveis
- d.() Não existe SAI

RAMPAS, ESCADAS E TRATAMENTO DE DESNÍVEIS**Em qualquer tipo de desnível existente**

- a.() Todos desníveis tratados adequadamente
- b.() Adaptados e utilizados, mas fora da norma
- c.() Maioria dos desníveis tratados adequadamente
- d.() Parte dos desníveis tratados adequadamente
- e.() Não existe tratamentos ou adaptações

RECEPÇÕES

Sobre as quantidades de assentos

- a.() Atende à norma
- b.() Inferior a recomendação legal, possível de adaptação
- c.() Não atende à norma

Sobre o atendimento às pessoas

- a.() Atende a PCR*, PMR* e PO*
- b.() Atende PCR e PMR
- c.() Atende PMR e PO
- d.() Atende PCR e PO
- e.() Atende apenas PMR
- f.() Não atende a PCR, PMR e PO

Sobre o atendimento à pessoa com deficiência auditiva

- a.() Atende através da linguagem de sinais
- b.() Não atende

ESTACIONAMENTO OU LOCAIS DE EMBARQUE / DESEMBARQUE

Sobre a existência do serviço

- a.() Local adequado para embarque e desembarque
- b.() Local adequado para estacionamento
- c.() Local inadequado para embarque e desembarque
- d.() Local inadequado para estacionamento
- e.() Não existe local adequado para embarque e desembarque

Sobre a distância do acesso à edificação

- a.() Distância confortável do acesso principal
- b.() Distância confortável do acesso secundário

- c.() Não existe o serviço na edificação
- d.() Distância incômoda para qualquer acesso

Referente ao estacionamento

- a.() Possuem sinalização vertical
- b.() Possuem sinalização horizontal
- c.() Nenhuma sinalização

MOBILIÁRIO, BEBEDOURO, TELEFONE ACESSÍVEL E TPS

Mobiliário - Dispositivos pertinentes à utilização dos serviços (em %)

- a.() 100% - Todos adequados e acessíveis
- b.() Entre 80 e 100% adequados e acessíveis
- c.() Entre 50 e 80% adequados e acessíveis
- d.() Entre 30 e 50% adequados e acessíveis
- e.() Entre 10 e 30% adequados e acessíveis
- f.() 10% ou menos dispositivos adequados

Bebedouro - Dispositivos pertinentes à utilização dos serviços (em %)

- a.() 100% - Todos são adequados e acessíveis
- b.() Entre 80 e 100% adequados e acessíveis
- c.() Entre 50 e 80% adequados e acessíveis
- d.() Entre 30 e 50% adequados e acessíveis
- e.() Entre 10 e 30% adequados e acessíveis
- f.() 10% ou menos dispositivos adequados

Telefone acessível - Dispositivos pertinentes à utilização dos serviços (em %)

- a.() 100% - Todos adequados e acessíveis
- b.() Entre 80 e 100% adequados e acessíveis
- c.() Entre 50 e 80% adequados e acessíveis

- d.() Entre 30 e 50% adequados e acessíveis
- e.() Entre 10 e 30% adequados e acessíveis
- f.() 10% ou menos dispositivos são adequados

TPS - Dispositivos adequados e acessíveis à utilização dos serviços (em %)

- a.() 100% - Todos adequados e acessíveis
- b.() Entre 80 e 100% adequados e acessíveis
- c.() Entre 50 e 80% adequados e acessíveis
- d.() Entre 30 e 50% adequados e acessíveis
- e.() Entre 10 e 30% adequados e acessíveis
- f.() 10% ou menos dispositivos adequados

COMUNICAÇÃO SONORA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Comunicação sonora

- a.() Está associada à sinalização visual em rotas de fuga, saídas de emergência e equipamentos
- b.() Possui alarmes sonoros vinculados a alarmes visuais, para orientação das pessoas com deficiência auditiva
- c.() Não existe